

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA
EDUCAÇÃO FÍSICA

Jeane Ferreira de Oliveira

**UMA PRÁTICA EM BUSCA DE UM *LUGAR*: A EDUCAÇÃO FÍSICA NA
UFG (1980-1988)**

Goânia
2016

Jeane Ferreira de Oliveira

**UMA PRÁTICA EM BUSCA DE UM *LUGAR*: A EDUCAÇÃO FÍSICA NA
UFG (1980-1988)**

Goânia
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA
EDUCAÇÃO FÍSICA

**UMA PRÁTICA EM BUSCA DE UM *LUGAR*: A EDUCAÇÃO FÍSICA NA
UFG (1980-1988)**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás como requisito para finalização do curso de Licenciatura Educação Física. Orientadora: Prof. Dr. Rubia-Mar Nunes Pinto.

Esta Monografia foi revisada após a defesa em banca e está aprovada.

Goiânia, março de 2016



Prof/a. (orientador/a)

Este trabalho é dedicado à minha avó Maria Ferreira de Oliveira.

AGRADECIMENTOS

Ninguém cruza nosso caminho por acaso e nós não entramos na vida de alguém sem nenhuma razão.

(CHICO XAVIER)

A 550 KM de casa , eu completo mais uma etapa da minha vida. Hora de fechar um ciclo é abrir um novo. Novas pessoas, novas risadas, novos desafios, muito aprendizado. Mas antes de partir, deixo aqui a minha pequena gratidão a todos que me acompanharam e me ajudaram nesse percurso, pois acredito que sem algumas destas pessoas eu não teria conseguido chegar ao final.

Primeiramente quero agradecer a Deus, por todas as possibilidades me foram dadas e pelo cuidado e proteção ao longo do caminho. Também quero agradecer à Nossa Senhora da Aparecida, minha mãe, rainha e protetora.

Quero agradecer a minha orientadora Rúbia-Mar Nunes Pinto, que desde a monitoria no ano de 2014, se dedicou a me ajudar e me orientar, não somente na disciplina na monografia, mas em toda vida acadêmica e fora dela.

Não poderia jamais esquecer os agradecimentos a duas mulheres que considero minhas *mães*. Aqui fica minha grande gratidão a minha avó e *mãe* Maria Ferreira de Oliveira. Sem ela nada disso seria possível. Gratidão pelo auxílio financeiro, pelo carinho, pela disponibilidade de me ajudar e, principalmente, pelo apoio em todas as minhas decisões. *Quero que todos saibam que se ela tem orgulho de ser minha avó eu tenho muito mais orgulho de ser sua neta.* A minha tia, *mãe* e amiga Leidiane Ferreira de Oliveira por todo apoio e confiança.

A Carolina Rodrigues da Cunha e sua família, por todas as vezes que me acolheram na sua casa. Especialmente Carolina cuidou, brigou, incentivou fazendo com a sua casa fosse a minha família aqui em Goiânia. Serei eternamente grata por tudo que fazem e fizeram por mim. Sem eles essa jornada teria sido mais difícil.

A Daniela Gomes da Silva que dividiu apartamento comigo durante todos esses anos, suportou minhas manias, meu mal humor, minha personalidade forte, escutou as minhas histórias da faculdade enfrentou dificuldades financeiras comigo além de fila de

supermercado, faxinas no apartamento, dias ruins e bons. Danielle Abreu de Moraes, todo apoio desde o cursinho ensino médio, pré vestibular, e faculdade. Por todas as fofocas nos momentos de tensão, por toda descontração, por todos os almoços juntas e por me amar do jeito que eu sou, louca, dramática e nada simpática.

Iara Mendes Maciel, minha irmã postiça, sou grata pelas risadas, almoços e baladas e confidências. E Fernando Oliveira Gomes e Vinícius Pacheco Gomes *caíram de paraquedas* na minha vida para me escutar e me incentivar a não desistir, quando estava exaurida e querendo desistir de tudo e todos.

Obrigada a todos os professores que tive ao longo da minha trajetória escolar, em especial, Rute Franco Camargo, Natália Costa Rezende Pacheco, que foram minhas professoras na Esc Municipal Professora Maria Leite, onde cursei o ensino fundamental. Ana Paula Neves de Almeida e Marco Antônio Maia dos Santos que foram meus professores no Lyceu de Goiânia onde cursei o ensino médio.

Aos Colegas e amigos do PIBID 2015, por todas as horas de estudos, conversas e parceria. Espero que continuemos amigos mesmo após o encerramento desse ciclo. Aos meus colegas de turma Maycon Vasconcelos, Ronyere Cardoso, Matheus Araujo e Guilherme Pires. Mesmo com muitas discussão e brigas, formamos um bom grupo e dividimos boas experiência nessa jornada. A Túlio Damaso e Raphael Henricke Pires Ribeiro por todas as horas de estudo no Instituto de Ciência Biológicas (ICB) especificamente a disciplina de anatomia e todas as horas de estudos na matéria de Fisiologia. Sem ajuda deles seria 10 vezes mais difícil.

E por fim a todas as pessoas que participaram diretamente ou indiretamente desse processo.

Conhecer a história para entender nosso tempo.

(Autor desconhecido)

RESUMO

Este trabalho é um estudo sobre a relação entre a Educação Física e a ditadura militar em Goiás que problematizou o cotidiano da Coordenação de Educação Física e Esportes da Universidade Federal de Goiás (CEFD/UFG) no período 1970/1988 com o objetivo principal de identificar a sua organização interna e mapear quais eram os principais problemas que a educação física experimentava na UFG bem como quais saídas e soluções encontradas pela CEFD/UFG para enfrenta-los. A metodologia de pesquisa sustentou-se no método histórico com ênfase na análise hermenêutica do discurso de Ao final da pesquisa, pode-se encontrar indícios que revelam que a educação física não teve o espaço e apoio para que a legislação fosse integralmente cumprida. O estudo das fontes revelou ainda que na Universidade Federal de Goiás a educação física foi inserida em meio a muitas resistências de alunos e professores e buscou na promoção e realização de competições esportivas o reconhecimento e valorização da importância desta prática na formação universitária.

PALAVRAS-CHAVE: EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES – EDUCAÇÃO SUPERIOR – DITADURA MILITAR

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. A EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO FÍSICA NO REGIME MILITAR: UMA HISTÓRIA CONFLITANTE.....	15
3. ORIGEM, FUNÇÕES E AÇÕES DA COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS NOS ANOS 1980.....	20
4. JOGOS E OLIMPÍADAS DA CEFD A UFG TRANSPÕE PARA A CULTURA URBANA GOIANIENSSE.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	37

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho é um estudo sobre a relação entre a Educação Física e a ditadura militar em Goiás, que problematizou o cotidiano da Coordenação de Educação Física e Esportes da Universidade Federal de Goiás (CEFD/UFG) no período 1970/1988 com o objetivo principal de identificar a sua organização interna e mapear quais eram os principais problemas que a educação física experimentava na UFG bem como quais saídas e soluções encontradas pela CEFD/UFG para enfrenta-los.

É um estudo que problematizou a educação física na UFG no momento de plena vigência do Decreto no 69.450, de 01 de novembro de 1971 que instituiu a obrigatoriedade desta prática na educação superior.

O tema de pesquisa – a relação entre Educação Física e ditadura militar – foi problematizado em torno da seguinte questão: quais foram as estratégias e os recursos mobilizados pelos professores de Educação Física da UFG, para inscrever e valorizar a educação física e os esportes nos anos 1980?

Assinado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, o Decreto N°. 69.450, DE 1 DE NOVEMBRO DE 1971, prescrevia que a Educação Física integraria o currículo de todos os níveis de ensino desde o ensino fundamental até o ensino superior. Esta legislação impunha que a Educação Física no ensino superior deveria ser realizada através de práticas esportivas cuja função era despertar o interesse do aluno em campeonatos, torneios e afins.

Como se lê no art. 13 (cap. III), “a prática da educação física no ensino superior será realizada por meio de clubes universitários, criados segundo modalidades desportivas ou atividades físicas afins, na conformidade das instalações disponíveis [...]”.

Para Queiroz (2011, p. 1),

O esporte passa a cumprir o mesmo papel que lhe foi designado a partir de sua criação na Inglaterra, uma forma de controle social utilizando-se principalmente da questão atrativa do movimento para

impor a obediência sistemática às regras nele pré-determinadas não cabendo nenhuma forma de questionamento.

O Decreto 69.450 entrou em vigor no momento em que o regime sofria grandes resistências por parte da sociedade brasileira. Os governos militares colocaram em andamento inúmeros dispositivos legais voltados para a contenção das resistências civis, reprimiram as liberdades individuais e governaram com base em atos institucionais que instauraram o exílio de políticos de intelectuais contrários ao regime, entre outros.

Segundo Motta (2014) os estudantes eram resistentes às pressões da ditadura e mostravam sua força através do movimento da União Nacional dos Estudantes (UNE). Por acreditar que a articulação dos estudantes e também as críticas que vinham recebendo da mídia eram frutos de impunidade, o governo lançou em 1968 o Decreto N-5 ou Ato Institucional número 5 (AI-5).

Para Motta (2014 p.153)

O AI-5 dava ao presidente da república poderes praticamente ilimitados. O presidente poderia fechar as casas parlamentares, cassar mandatos e direitos políticos dos cidadãos [...]. As repressões só aumentavam já que logo após o AI-5 o governo decretou a Lei n 477 que punia professores e estudantes que se manifestassem contra a ditadura. Esperava-se que essa lei desarticulária a UNE, considerada uma perigosa adversária do Regime.

O campo historiográfico da Educação Física vem compreendendo, a respeito desse momento, que esta prática foi usada de forma ideológica com finalidades de alienar e disciplinar o estudante, esperando-se conseguir a desmobilização do movimento estudantil.

Para Soares (2012) uma vez que as universidades representavam um dos principais centros de resistência ao autoritarismo vigente, a educação física tinha a finalidade política de favorecer o regime militar, desmantelando as mobilizações e o movimento estudantil que era contrário aos governos militares.

Segundo Pires, Júnior e Gonçalves (1999) a obrigatoriedade da educação física na educação superior foi uma forma encontrada pelos governos militares para promover uma espécie de "asepsia política preventiva" na Universidade, na época um dos principais focos de resistência ao autoritarismo.

Apesar da grande centralidade dessa leitura no campo da educação física, historiadores da ditadura militar não ressaltam em suas obras e pesquisas a mesma importância supostamente delegada a educação física pelos militares. A exemplo, Rodrigo Patto Sá Motta, no livro *As Universidades e o Regime Militar* (2014) não apresenta elementos que permitam confirmar o papel alienador da Educação Física na universidade nesse período.

Nos últimos 10 anos, alguns historiadores da educação física, esporte e lazer buscam novas compreensões sobre a inserção da Educação Física obrigatória no ensino superior ampliando assim a nossa capacidade de entender as relações da educação física e a ditadura no Brasil. Essas pesquisas nos fazem compreender que, se olharmos por outros ângulos poderemos considerar também outras possibilidades de leitura daquele movimento.

Pires, Júnior e Gonçalves (1999, p 75) dizem que:

Educação Física Universitária Curricular (EFC) também contribuiu para a ampliação da oferta de cursos de formação profissional em Educação Física no país, especialmente nas universidades públicas. A demanda legal originou a criação de Centros Esportivos, muitos deles, posteriormente transformados em Faculdades de Educação Física.

Ainda sobre esses avanços Taborda de Oliveira (2003, p.154) diz que:

A Educação Física brasileira, que passou a buscar cada vez mais uma identidade científica; o debate mundial sobre a importância da Educação Física para a sociedade e sua vinculação com a universidade; à organização crescente dos professores de Educação Física em torno da sua necessidade de reconhecimento profissional e status social.

Apesar da emergência de novos estudos e interesses na ditadura militar brasileira, existem poucas pesquisas que buscaram investigar a especificidade de cada universidade ou instituição de ensino superior (IES).

Foi este o recorte que esta monografia focalizou. Sobre esse tema só existe um estudo que é de Rubia-Mar Nunes Pinto e Victor Hugo Regozino Muniz (2015), que buscou exatamente perceber nuances históricas pouco visíveis já que ficaram ocultas pela narrativa dominante sobre as relações entre a Educação Física e ditadura em Goiás. Pinto e Muniz investigaram a inserção (obrigatória) da prática da Educação Física na

UFG, analisando três normativas internas da UFG (Resolução/UFG nº 060/1973; Resolução/UFG nº 113/1976; e Resolução/UFG nº 141/1979) que regulamentaram a prática obrigatória da Educação Física ao longo dos anos 1970. Os autores concluíram que a Educação Física na UFG se dava como *uma prática fora do lugar* e destacaram ainda que havia vários problemas como, por exemplo, a indisponibilidade de horários para as aulas da Educação Física nas grades de aulas construídas em cada semestre letivo. Os autores concluíram que um lugar para a Educação Física foi se consolidando nos anos 1980 foi construída uma praça de esportes no Campus Samambaia. (PINTO E MUNIZ, 2015).

Esse trabalho dá continuidade a essa pesquisa. Enquanto o estudo citado teve como fontes um conjunto de resoluções e medidas internas operadas pela UFG a partir de 1973 até 1979, irei aprofundar minhas análises no conjunto de resoluções e medidas internas operadas pela UFG a partir de 1979 até 1988. O ponto de partida é a criação da Coordenação de Educação Física e Esportes (CEFD) por meio da Resolução 141/1979. Com este recorte, pretendo analisar o que resultou da regulamentação da Educação Física nesta Universidade na expectativa de compreender a organização interna do órgão responsável pela prática da educação física na UFG e identificar problemas e soluções originárias deste órgão.

Essa é uma pesquisa histórica com características descritivas. A metodologia de pesquisa sustentou-se no método histórico com ênfase no estudo das fontes de pesquisa, as quais foram interrogadas por meio de uma análise hermenêutica que procurou entender como a educação física e os esportes foram pensados na UFG.

Ao estudar as fontes, privilegiei o mapeamento das relações institucionais entre a CEFD e a Reitoria da UFG bem como dediquei bastante esforço para dar visibilidade aos professores que então eram os responsáveis pelas aulas de educação física na UFG. Foram identificadas também as ações realizadas pela Coordenação de Educação Física e Desportes da UFG, órgão criada em 1979 (Resolução 141) que se responsabilizou pela Educação Física Universitária Curricular na UFG em substituição a Associação Atlética da Universidade Federal de Goiás (que tinha esta responsabilidade desde 1973 e foi extinta pela Resolução 141/1979). Foram analisadas as seguintes fontes: Livro de Atas da CEFD, cartazes e folders de competições esportivas além de fotografias e noticiário da mídia impressa (jornal).

Um estudo inicial das fontes possibilitou perceber que a Educação Física da UFG realizou torneios e competições esportivas de grande apelo e participação popular nesta década (1980), o que permitiu-nos delinear, como questão norteadora no estudo das fontes, que estes acontecimentos foram realizados tendo em vista a busca pela valorização da Educação Física e dos esportes no interior da Universidade.

2. A EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO FÍSICA NO REGIME MILITAR: UMA HISTÓRIA CONFLITANTE

A ditadura militar no Brasil teve início em 1964 com o golpe dos militares brasileiros e terminou em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves para a presidência da república. Os anos ditatoriais foram marcados por forte repressão, censura e pouca democracia.

Segundo Araújo (2011) o Regime Militar foi desencadeado em 31 de março de 1964 por meio de um Golpe de Estado contra o então Presidente João Goulart (Jango), que assumiu a Presidência em 1961 após renúncia repentina de Jânio Quadros.

Ainda segundo Toledo (2004) apud Araújo (2011), por conta da instabilidade econômica que permeava o país, o Golpe era permanentemente reivindicado por diversos setores da sociedade civil que apoiaram os militares na sua tomada de poder.

Enquanto estiveram no poder, os governos militares promoveram várias reformas educacionais. Segundo Motta (2014), foram sete os mais importantes acordos educacionais firmados entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a *United States Agency for International Development* (Usaid). Esses acordos ficaram conhecidos como MEC-Usaid e começaram a vigorar a partir julho de 1965.

Segundo Bianka de Jesus (2014) o MEC-USAID “foi pactuado inicialmente em 23 de junho de 1965 [e] as primeiras informações oficiais só vieram ao conhecimento público em novembro de 1966”. Os acordos MEC-USAID visavam rápida expansão do sistema educacional e a melhoria dos seus fundamentos nos primeiros cinco anos de vigência. Tais acordos planejavam mudanças para serem implementadas em todos os níveis de ensino (do básico ao superior).

Motta (2014, p.120) diz que:

Foram feitos outros dois acordos que previam realização de planejamento semelhantes para a educação secundária. [...]. Havia também projeto para melhorias dos cursos de licenciatura oferecidos na faculdade de filosofia, que tinham papel estratégico de formar professores para o ensino básico, e outro para apoiar a educação industrial ou vocacional, dirigidos a cursos técnicos dedicados a formar mão de obra para a indústria. Outros dois acordos previam a tradução de livro-texto a serem utilizados nos cursos universitários, cuja as origens eram americanas, naturalmente. Havia ainda um acordo que se revelaria ainda bem mais sucedido: um projeto para modernização da administração universitária com a capacitação de

técnicos para transformar as reitorias e órgãos auxiliares em máquinas eficientes de gestão.

O campo da educação física sofreu impactos e efeitos desta reforma universitária. Para Taborda de Oliveira (2001) apud Rei e Ludorf (2012), foi a partir da do final da década de 1960 que passou a existir no Brasil uma preocupação disseminada com o que ficou conhecido como movimento de “renovação” da Educação Física.

Foi com o decreto 69.450 de 1 de novembro de 1971 que a Educação Física passou a ser obrigatória do ensino superior. E essa obrigatoriedade foi em caráter esportivizado como previsto no capítulo III, art.13 da legislação que diz:

A prática da Educação Física no ensino superior será realizada por meio de clubes universitários, criados segundo modalidades desportivas ou atividades físicas afins, na conformidade das instalações disponíveis, os quais se filiarão à Associação Atlética da respectiva instituição. (Decreto nº 69.450, de 1º de Novembro de 1971)

Segundo Pires, Júnior e Gonçalves (1999) a Educação Física implantada nas universidades brasileiras foi baseada no modelo americano cujo principal objetivo é o treinamento de atletas. “A ideia de implementação de clubes organizados por modalidade esportiva, prevista no decreto-lei nº 69.450/71, também objetivava, a preparação de atletas para as competições universitárias”. (PIRES, JÚNIOR E GONÇALVES, 1999, p. 75)

Rei e Ludorf (2012 p.488) dizem que alguns problemas para que a legislação fosse efetivamente cumprida pelas instituições de educação superior podem ser apontados: “o número elevado de alunos por turma, a falta de material, de espaço adequado, de fiscalização e, até mesmo, de professores formados em Educação Física”. De forma muito morosa, as universidades federais iniciaram os trabalhos para o cumprimento da lei. Contrataram professores de Educação Física, construíram estrutura material (quadras, piscinas etc.).

Taborda de Oliveira (2003) apud Rei e Ludorf 2012 os governos ditatoriais encetariam de [sic] políticas públicas para a Educação Física brasileira que tediavam a melhora do perfil acadêmico e profissional do professor escolar de Educação Física como pedra de toque da tentativa de renovação e expansão da área.

Rei e Ludorf (2012, p.488) dizem que “tais medidas não somente atendiam os interesses, mas também contavam com a colaboração ativa dos profissionais da área,

que, por meio de acirradas lutas de representações, reivindicavam melhorias para a Educação Física”.

Já Castellani Filho (1997) apud Queiroz (2012) afirma que nas décadas de 1960 e 1970 no período ditatorial a Educação Física ficou ligada ao esporte e mecanização de movimento motores. Deste ponto de vista, a educação física se tornada para os militares um mecanismo de controle social.

Assim foram surgindo vários discursos sobre da função da educação física e sua esportivização na escola. A partir do final da Ditadura e, especialmente, a partir dos anos 1990, o principal discurso era que a educação física - como pratica de alienação política e de disciplinarização dos corpos - *tirava o foco* dos movimentos estudantis que lutavam contra os governos militares.

Este entendimento sobre as ações dos governos militares e suas supostas intencionalidades disciplinadoras e alienantes tem sido questionado por uma recente produção acadêmica.

Reduzido à prática de algumas modalidades esportivas, pautada pelo alto rendimento – foi interpretado como uma ação racional do Estado para: (a) adestrar fisicamente os escolares, tendo em vista o aumento do rendimento produtivo no mundo do trabalho; (b) formar atletas profissionais, considerando os possíveis benefícios políticos de conquistas esportivas no cenário internacional; e (c) pelo uso político do esporte, desviar a atenção da população de questões sociopolíticas (REI E LUDORF, 2012, p. 484).

Para Rei e Ludorf (2012) ao longo da década de 1980 a produção historiográfica da educação e da educação física fundamentou-se somente em análise documental, sem levar em consideração o que eles realmente podiam ser ou efetivamente eram.

Taborda de Oliveira (2003b, p. 163) chama a atenção para a seguinte questão:

Há um conjunto bastante rico e não monolítico de evidências. Dessas podemos inferir que, motivados por um conjunto bastante difuso de influências, os governos ditatoriais encetariam de [sic] políticas públicas para a Educação Física brasileira que visavam a melhora do perfil acadêmico e profissional do professor escolar de Educação Física como pedra de toque da tentativa de renovação e expansão da área. [...] Parece-me que, antes de um grupo de professores reorganizarem a Educação Física brasileira [...], ou de a Educação Física ser uma musa dos militares de plantão, a tecnocracia fazia a medição dos interesses de um e de outros.

Araújo (2011) também convida a olhar por outro ângulo, afirmando que o esporte também poderia atuar como meio sociabilizante e rearticulador dos movimentos políticos contrários ao governo. Seguem abaixo as palavras do autor:

Contudo, se pensarmos nesse poder alienante do esporte e que poderia ser arquitetado para anestesiar a consciência do indivíduo controlando suas ações, também podemos pensar que o esporte, por meio de suas ações sociabilizantes, poderia atuar como rearticulador de movimentos políticos contrários aos que vigoravam até então (ARAÚJO, p. 61. 2011).

Nesta mesma lógica, igualmente não se deve desconsiderar o papel do professor de Educação Física nesse momento e indagar se o trabalho dos professores correspondeu a estas expectativas de alienação e controle. Para tanto é preciso que saibamos como eram as aulas, como o esporte foi tratado. Os professores de educação física foram vítimas desse processo? Como essa prática ocorria no intramuros universitários?

Talvez não houvesse clareza por parte daqueles profissionais da vinculação entre a Educação Física e a Doutrina de Segurança Nacional e, até mesmo, a perspectiva de desenvolvimento do governo. Mas muitos indícios permitem intuir que havia uma clara proximidade entre os interesses do governo e os interesses dos profissionais da área da Educação Física. (ARAÚJO, 2011, p. 91).

Araújo (2011, p. 72) refuta em sua literatura o discurso que atribui o papel de vítima aos professores de Educação Física dizendo que:

Não considerar as subjetividades dos sujeitos em questão, nos forneceu uma visão unilateral da história da EFE no Brasil. Deste modo, para que se tenha uma visão mais abrangente do que foi a EF durante o regime militar, se faz necessário olhar para dentro dos muros escolares a fim de desvendar como foram concebidas as aulas de EF na ditadura, não com o intuito de absolver ou condenar os professores pertencentes aquele processo, mas sim situá-los no contexto e compreender o papel que exerceram na história.

E ainda que, conforme (TABORDA de OLIVEIRA 2001, p. 91) apud (REI E LUDORF 2012, p. 490).

É preciso reconhecer que a corporação dos especialistas em Educação Física se fortalecia e buscava redefinir espaços de atuação e afirmação profissional. [...] Assim sendo, os profissionais da área e seus órgãos

de representação apoiavam em larga medida as iniciativas governamentais para a Educação Física, ao mesmo tempo em que participavam da implantação das novas propostas de Educação Física.

Ainda nesse mesmo eixo de vitimização ou não do professor de Educação Física na época ditatorial, não podemos deixar de citar os avanços que ocorreram nas áreas da Educação Física. Caparroz (1997) apud Rei e Ludorf (2012) fala que: é importante explicitarmos o nosso reconhecimento dos avanços, superações e contribuições desses estudos para o campo da Educação Física.

3. ORIGEM, FUNÇÕES E AÇÕES DA COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS NOS ANOS 1980.

Este capítulo é o resultado de uma análise do Livro de Atas da Coordenação de Educação Física e Desporto da Universidade Federal de Goiás (CEFD/UFG). Foram estudadas as atas correspondentes ao período de Janeiro de 1981 a setembro de 1988.

A análise do Livro de Atas da CEFD me permitiu revelar como a Universidade Federal de Goiás lidou com essa obrigatoriedade e identificar o que era a educação física na UFG, quais seus objetivos, como ocorriam as aulas, quais as dificuldades e como foram pensados e realizados os eventos esportivos que a CEFD promoveu para dar visibilidade ao trabalho realizado na Universidade e por extensão adquirir da comunidade acadêmica o reconhecimento da importância da educação física e dos esportes na formação da juventude.

Contar a história da educação física na UFG é reconstituir o cotidiano da CEFD e, para tanto, trabalhei com um conceito amplo de cotidiano visando, especialmente, ultrapassar os limites postos pela análise econômica ou da *alienação* através de um estudo do cotidiano que aqui é pensado como contexto de relações distintas envolvendo pessoas, coletividades e instituições em tempos e espaços determinados. Mais precisamente, o pensamento de Milton Santos (1999, p. 258) pareceu-me interessante dado que para este intelectual

o cotidiano representa os aspectos de um lugar, que é compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições, em uma relação dialética de cooperação e conflito, sendo essas as bases da vida comum”

A referência historiográfica mais relevante é desde início usarei como referência o primeiro e único trabalho sobre esse tema, o trabalho de PINTO e MUNIZ intitulado

Educação Física e esportes na UFG: uma prática fora do lugar (1973-1983). Conforme estes autores,

a UFG começou a organizar-se com a intenção de fazer cumprir o Decreto nº 69.450/71 a partir de 11 de outubro de 1973 através da Resolução nº 060. Esta normativa criou a Associação Atlética da Universidade Federal de Goiás (AAUFG), órgão responsável pela supervisão da prática de educação física além da promoção de torneios e competições e da fiscalização do funcionamento dos clubes esportivos universitários. Subordinada administrativamente à Primeira Sub-Reitoria, vinculando-se, portanto, a instância do ensino de graduação [...]. [...] a UFG instituiu um modelo no qual a prática da educação física se dava a partir de clubes esportivos que seriam filiados a AAUFG [...] Porém, ao contrário do preconizado na mesma legislação federal, a Resolução 060 relativizava a obrigatoriedade ao instituir a prática da educação física como atividade facultativa a um largo espectro de estudantes da UFG. (2015, p. 693)

Pinto e Muniz (2015) afirmam que a construção de espaços físicos para atender a prática esportiva não foi atendida de imediato ressaltando que as aulas de Educação Física eram realizadas nas quadras ao ar livre da Faculdade de Engenharia na Praça Universitária, único equipamento esportivo na UFG de então. A carência de lugares próprios redundou em aulas de Educação Física acontecendo em uma dispersão de espaços na cidade: o uso de dependências da Escola Superior de Educação Física do Estado de Goiás (ESEFEGO) e do Colégio Universitário (COLU) além dos equipamentos esportivos do Serviço Social do Comércio (SESC).

De acordo com Pinto e Muniz (2015), em 21 de dezembro de 1976, por meio da Resolução nº 113, o reitor da UFG, José Cruciano, revogou a Resolução nº 060 e instituiu um novo modelo institucional de gerenciamento da Educação Física na Universidade. Um ato que, pode ser entendido como um endurecimento da Universidade no que rege a prática da educação física já que modificava totalmente os termos pelos quais a questão da obrigatoriedade estava sendo tratada.

Ao contrário da Resolução 060, este dispositivo regulatório, continha poucos artigos (apenas 8) configurando-se essencialmente como um instrumento de força. Em seu artigo 1º decretou-se a obrigatoriedade da prática de educação física a todos ingressados a partir do primeiro semestre de 1977, sendo facultativo ao restante dos alunos (Resolução 113, Art. 1º, 1976). A Resolução 113 continha mecanismos de punição aos alunos que não se matriculassem e/ou não frequentassem as aulas de educação física.

Ainda segundo os mesmos autores a resolução extinguiu a antiga AAUFG, recriando com o mesmo nome a Atlético da Universidade Federal de Goiás, porém agora vinculada a Divisão de Educação Física e Desporto e, esta, ao Departamento de Assuntos Acadêmicos (Resolução 113, Art. 10º, 1976).

“Três anos depois, em 1979, uma nova normativa. A Resolução nº 141, de 05 de dezembro de 1979 ampliava ainda mais a presença da educação física na formação universitária. Reproduzindo, quase integralmente os termos do nº 69.450/71, mantinha os clubes universitários criados segundo modalidades desportivas afins como unidade de organização (Art. 3º) prescrevendo ainda em seu Artigo 2º que as práticas se caracterizariam com a predominância da natureza esportiva e que seguissem preferencialmente ao aprimoramento das aptidões físicas e conservação da saúde, a integração do estudante na vida universitária e a consolidação do sentimento comunitário e de nacionalidade” (PINTO e MUNIZ 2015, p 696).

O que havia de novo com o artigo 1º era que a educação física e recreativa deveria ser integrada como atividade escolar regular nos currículos de todos os cursos de graduação ministrados na UFG, todos os cursos de graduação ministrados pela UFG Artigo 5º que determina a transformação da Divisão de Educação Física e Desporto em Coordenação de Educação Física e Desportos (CEFD).

A partir de 1980 a CEFD começou a funcionar e ser o órgão responsável pela educação física dentro da UFG. A CEFD começou a funcionar em 1980, mas só encontramos registro das atas a partir de janeiro de 1981.

A primeira reunião registrada em ata foi a do dia 12 de Janeiro de 1981. A CEFD tinha como Coordenador o professor Murilo Santana. Esta reunião teve como finalidade avaliar o desempenho docente e todos os professores foram avaliados com o desempenho ótimo. A avaliação altamente positiva dos professores pode induzir o entendimento que não havia problemas na CEFD e que os compromissos trabalhistas dos professores eram cumpridos satisfatoriamente.

Porém, no decorrer do estudo o que foi evidenciado é que a CEFD eram muitos os problemas, em especial, problemas decorrente da forma como os professores lidavam com as suas responsabilidades institucionais na UFG.

Em reunião dia 27 maio 1981 o professor Antônio Celso Ferreira da Fonseca chamou atenção com relação às faltas de professores dizendo que “está faltando conscientização e o diretor deve tomar uma providência ou um meio de contornar as

faltas, pois falta sempre haverá, mas também a falta de comunicação entre os professores para um substituir o outro”. (Livro de Atas CEFD, 1981, p.03 verso). Para resolver essa questão foi decidido que todos teriam endereço e telefone do outro para melhor se comunicarem.

A professora Maria Alice ponderou então que existia um ambiente desagradável na Coordenação. E isso se torna visível quando há uma pequena discussão entre os professores e o professor Murilo é chamado de mentiroso, chantagista e ainda acusado de não promover diálogo entre os professores. Nesta reunião decidiu-se que quem faltasse teria seu ponto cortado.

O Professor Jamil, Pro-Reitor de Assuntos Comunitários (convidado presente a esta reunião) aproveitou a oportunidade para fazer considerações sobre o esporte. Para ele, “o esporte deve ser incentivado na escola primária para o aluno não se sentir obrigado e sim se sentir vontade, necessidade de praticar esportes”. (Livros de Atas CEFD, p. 06).

Ele também chamou atenção para necessidades de campeonatos e falou sobre a falta de motivação da CEFD. Para ele, a CEFD deveria encontrar meios de motivar o alunado da UFG a participar das aulas de educação física e inserir-se nas práticas esportivas. Esse posicionamento do professor Jamil parece indicar que havia resistência dos alunos dos cursos de graduação em relação a prática da educação física.

Seguiu-se uma discussão sobre as aulas do Colégio de Aplicação da UFG. Dirigindo ao Pro-Reitor, o professor Murilo Santana afirmou que os professores da CEFD não gostavam do Colégio Aplicação. Segundo a professora Cleusa “trabalhar com criança é mais trabalhoso que com o adulto, o aluno reclama quando o professor não dava aula, e também por causa da deficiente programação entre o colégio de aplicação e a universidade”. (Livro de Atas CEFD 1981, p.06). Mas professor Jamil contrapôs que não admitia que o Colégio Aplicação fosse excluído das aulas de educação física. Na sequencia, os professores sugeriram que a carga horária relativa as aulas para os alunos do Colégio de Aplicação devem ser contadas em dobro.

Houve reclamações dos professores sobre a falta de espaço físico adequado, pois tinham que ministrar aulas no sol. Em 1981 o professor Jamil, falou sobre a criação do clube esportivo, mas não falou em datas ou em verba já autorizada para tal. Sobre o material esportivo para as aulas, Murilo Santana falou que haveria um funcionário responsável por levar o material no local da aula e que na ausência do material no local

da aula o professor não seria obrigado a ministrar aula. Mas informou o diretor, um documento com duas vias explicando o ocorrido teria que ser entregue em duas vias uma, na CEFD, ao professor Murilo e a outra na Pró-reitoria de Assuntos Comunitários, ao professor Jamil). O mesmo devia ser feito caso houvesse falta de tratamento nas piscinas.

Percebe-se que no período de 1981 uma desorganização da CEFD com seu espaço físico, material e em relação ao aluno na medida em que previa-se a possibilidade de não dar aula caso o funcionário não levasse o material no local.

Em novembro de 1981 houve a última reunião do semestre, para avaliar o desempenho docente e apesar de todos os problemas relatados em atas anteriores os professores preferiram novamente se avaliar com ótimos.

Em 1982 tomou posse o novo coordenador da CEFD Antônio Celso Ferreira da Fonseca que anunciou que pretendia dar novos rumos aos trabalhos da Coordenação. Antônio Celso afirmava que precisa apagar a imagem da CEFD na UFG que era muito ruim e para isso teria que se começar da *estaca zero*. Para isso pedia que não houvesse críticas à gestão anterior (do professor Murilo Santana) e sim muito trabalho.

Na primeira reunião de 1982 no dia 03 de fevereiro, compareceram os professores da CEFD e um novo Pro reitor de Assuntos Estudantis, Osvaldo Guimarães, que estava presente para falar sobre planos futuros de atividades para a CEFD. O Pro-Reitor desejava buscar uma integração da CEFD com a comunidade. Com suas palavras: “integração de dentro para fora e de fora para dentro”(Livro de ATAS CEFD, 1982, p.08 verso). Na sequência, o Pró-Reitor falou projeto de melhoramento do espaço físico da CEFD, cobertura das quadras e também o piso das mesmas.

Naquele ano, a UFG propunha que a CEFD transpusesse os muros da Universidade e ocupasse o cenário urbano de Goiânia. Isso é notável quando encontramos em ata o registro onde o Pro Reitor de Assuntos Estudantis falou sobre a modificação do trabalho da CEFD, no atendimento aos alunos, buscando uma integração de fora para dentro e de dentro para fora. Com o pedido e projeto da CEFD para fora dos muros da UFG, os professores tiveram que pensar em algo que pudesse *ocupar* a cidade. Ao que tudo indica, a opção recaiu sobre “a dinamização” dos clubes e disputas de torneios pela CEFD. Osvaldo Guimarães pensava que uma forma de incentivar o esporte é fazer o aluno descobrir seu talento como esportista. E recomendou a todos os professores incentivarem o esporte.

Mas, os professores argumentavam que a CEFD encarava uma grande dificuldade, pois os alunos chegavam ao ensino superior sem conhecimento prático e teórico sobre esporte. Para o Pro Reitor, contudo, este desconhecimento reforçava a ideia que ali (na Universidade) deveria ser o lugar onde eles descobririam o seu talento esportivo.

Além da dificuldade com a habilidade dos alunos com o esporte a CEFD enfrentava a resistência dos colegiados dos cursos de graduação da UFG em fazer uma grade de horários que oportunizasse aos alunos frequentarem as aulas educação física. A CEFD tentava um acordo com os colegiados, propondo um fazendo grades de horários e enviando aos colegiados dos cursos de graduação. Aguarda-se, depois, uma resposta do colegiado e, ao que parece, as respostas informavam que não havia possibilidade de acompanhar o horário proposto pela CEFD. Os colegiados faziam uma grade cheia desconsiderando a importância, a legalidade e a obrigatoriedade da disciplina, era o argumento dos professores da CEFD.

Porém, no final de 1982 os colegiados se comprometeram que a partir de 1983 deixariam um horário vago para as aulas de educação física e para a CEFD. Quanto ao assunto, o Pro Reitor se posicionou afirmando que só seriam dispensados os alunos com atestado médico com uma justificativa validada pela junta médica da UFG. Ora, há aqui um paradoxo evidente: mesmo se o colegiado de curso não colaborasse deixando um horário para as aulas de educação física os alunos tinham que encontrar horários dentro da sua grade lotada fazendo com que a responsabilidade da obrigatoriedade recaísse sobre o alunado eximindo os colegiados de curso. Nesse mesmo ano (1982), o Pro Reitor ofereceu todo apoio a CEFD para que os professores tivessem condições de desenvolver em todos os sentidos possíveis.

Apesar de ser obrigatória a educação Física para todos, havia as exceções e isso era discutido pelos professores a cada semestre: como ocorreriam essas dispensas, as dispensas comum era por trabalho e por licença médica. A dispensa por trabalho o aluno teria que ter uma declaração do seu trabalho com sua carteira profissional, uma declaração do colegiado do curso afirmando que o aluno fazia uma disciplina curricular noturna. Na sequencia, um protocolo era produzido na Coordenação relatado pela professora Fátima. O parecer final era dado pelo Coordenador da CEFD. Os alunos que matriculavam na Educação Física deveriam fazer um exame semestral para poder fazer

as aulas exceto os alunos da modalidade de natação que deveriam fazer o exame bimestralmente. O aluno que não se submetia ao exame não poderia frequentar as aulas.

No ano de 1982 já vimos uma mudança nas responsabilidades do professor com as aulas de educação física: o funcionário João Lira levava os sacos com os materiais as quadras e no final da aula o professor deverá entregar os materiais guardados dentro do saco. E, ao contrário do ano 1981 que se faltasse material o professor não era obrigado a ministrar a aula, agora o professor poderia ir buscar o seu próprio material.

As aulas de educação física não seguiam um modelo pedagógico definido e claro. A este respeito, o professor Elírio se posicionou, afirmando acreditar que a educação física deveria funcionar como um clube esportivo porque assim cada curso teria o seu clube e poderia haver disputas entre os cursos (Livro de Atas CEFD, 1982,p.12).

Os professores relatavam que enfrentavam muitas dificuldades em dias chuvosos para ministrar a sua aula. Sem local adequado para prática nesses dias, eles eram “obrigados” a transferir suas aulas de quadra para sala de ginástica. Buscando melhorias no espaço físico, o coordenador Antônio Celso informou havia feito pedidos que foram encaminhados a Pró-Reitoria para a troca dos pisos das quadras, recuperação da grama, colocação de chuveiros na parte da piscina, encascalhamento da frente do prédio e também a construção de um miniginásio polivalente.

Em 1984 a CEFD ainda sofria com problemas de espaço físico chegando mesmo a haver um a sugestão de fazer convênio com a Escola de Educação Física e Fisioterapia de Goiás (ESEFGO) para expandir o campo e local para a prática de Educação Física.

Na reunião 11 de abril de 1985 percebe-se melhor os problemas com espaço físico e material: a CEFD contava com um ginásio duas redes e cinco professores e cem alunos fazendo voleibol em um mesmo horário.

A Coordenação de Educação Física e Desporto também enfrentava problemas como “a falta de respeito de alunos com os professores. O professor Adriano relatou que cinco alunos da agronomia o haviam desacatado quando ele falou que iria fazer chamada em todas as aulas “dizendo que iam às aulas de Educação Física de 15 em 15 dias” (Livro de atas CEFD, 1985, p. 46 verso).

Em 1986 a professora Sônia Maria D’ Albuquerque toma posse na Coordenação da CEFD dando continuidade para os trabalhos feitos e também lutando para abertura do primeiro curso de licenciatura em Educação Física da UFG. Naquele momento a

professora Sônia Maria se preocupava em formar uma comissão para criar um curso de licenciatura em Educação Física. Num primeiro momento nenhum professor se apresentou. Nesse mesmo ano os professores da CEFD se preocupavam com a estrutura da UFG propondo a mudança da CEFD para a Praça Universitária, pois tinham receio de ficar isolados no Campus II.

Em 26 de março de 1986 foi apresentada a primeira grade curricular para o curso de graduação em Educação Física. O professor Antônio Celso, tinha convicção que a Educação Física dentro da UFG deve ser repensada.

Se não houver uma melhora por parte dos professores, uma luta em comum, fazendo com que a Educação Física melhore dentro da UFG, a tendência é o professor ficar marginalizado. (ANTÔNIO CELSO, Livro de Atas CEFD, p 52).

Na reunião em 17 de abril 1986 o professor Antônio Celso propôs construir um horário juntamente com os outros colegiados, mas a proposta não agradava muito aos outros professores que nunca tiveram o apoio dos outros colegiados de curso e não acreditavam que dessa vez seria diferente. O Professor Roberto Ricardo, chamado de Bolinha pelos colegas de trabalho, declarou que tinha receio que depois os colegiados mudarem o horário, ficando todo trabalho para CEFD, pois no ano de 1986 os colegiados já haviam mudado o horário cinco vezes. Segundo ele, “A preocupação maior é a dificuldade imposta por parte de outros dentro da UFG. A CEFD se sentiria em grande aperto fazendo com que a educação física acabe” (Professor Roberto Ricardo, livro ata CEFD, P. 52 verso).

Mas alguns professores acreditavam que a proposta de Antônio Celso era viável. A professora Zita que dizia que “é importante lutar, criar forma e compromissos para que a educação física tenha seu status na UFG, abrindo portas sem passar por dificuldades sem soluções”. (Livro ata CEFD, P. 52 verso).

Ao final da imersão no cotidiano dado a ver no Livro de Atas das reuniões da CEFD, pude perceber conflitos e lutas entre professores, mas igualmente a força corporativa que insistia em avaliar como positiva uma experiência ainda muito fragilizada da educação física na UFG. É perceptível também as pressões por visibilidade e valorização oriundas da Pro Reitoria de Assuntos Estudantis mesmo em

meio a grande precariedade material e a resistência de estudantes e colegiados de cursos. Tais pressões, entretanto, devem ser inseridas no contexto de um desejo de reconhecimento do trabalho e um esforço de visibilidade que as competições esportivas universitárias puderam concretizar.

4. JOGOS E OLIMPIADAS DA CEFD A UFG TRANSPÕE PARA A CULTURA URBANA GOIANIENSSE

No dia 17 de setembro de 1982 houve a primeira reunião para organização do I Jogos Olímpicos da UFG. Foram convidados e compareceram a esta reunião a TV Anhanguera, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, seis clubes esportivos da UFG e 25 centros acadêmicos, representantes das 14 unidades da UFG e os professores e o Coordenador da CEFD. A presença da TV Anhanguera nessa reunião dá indícios do interesse da CEFD em divulgar e difundir as ações do órgão. Outra presença emblemática é a dos centros acadêmicos. Nessa reunião discutiram como seria organizada as Olimpíadas, como seria dividido os colegiados e também falaram sobre a péssima classificação da UFG no ultimo Jogos Universitários Brasileiros (JUBS).

A primeira Olimpíada da UFG contou com uma associação desportiva em cada unidade de ensino (14 unidades) e aconteceu de 4 de novembro a 12 de novembro 1982.

Foram disputadas as modalidades de atletismo, basquetebol, ciclismo, futebol de campo, futebol de salão, handebol, judô defesa pessoal, natação, tênis de campos, tênis de mesa, truque, voleibol e xadrez. O objetivo final desses jogos era conhecer os melhores *atletas* da UFG, para depois convidá-los para um treinamento esportivo visando a participação nos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs).

Segundo os Jornais Diário da Manhã e o Popular na abertura dessas Olimpíadas, aconteceu cerimonial olímpico com acendimento de pira olímpica, juramento de atleta, desfile dos atletas de todos os cursos participantes e apresentação de abertura de todos os cursos. A melhor apresentação era premiada com troféu. Após a realização dos Jogos, os professores da CEFD elaboraram um relatório técnico para enviar ao MEC a fim de obter financiamento para olimpíadas internas do ano seguinte (1983), o que traria melhorias para as próximas olimpíadas, conforme se lê no Livros de Atas CEFD (1983, p. 28 verso)¹.

¹ No ano 1982 houve também uma discussão sobre a primeira atividade esportiva que a CEFD realizaria: o FARTELEK , corrida interna na UFG, que ocorreu no dia 10 de junho

No ano de 1983 a CEFD, tomou a frente da organização das Olimpíadas, mas enfrentou vários problemas para organizar esse evento. Em uma das reuniões para verificar como estavam os preparativos, após receber uma resposta negativa, o professor Antônio Celso (1983) afirmou que parecia entender era que a CEFD não queria colaborar com as atividades e, assim, *crescer* perante a comunidade acadêmica.

Se for para fazer todo trabalho sozinho não dou conta, pois as propostas foram aprovadas pela maioria e não está havendo colaboração dos colegas que tem muito a oferecer. É só querer que todos nós somos responsáveis pelo desenvolvimento das atividades do departamento. (ANTÔNIO CELSO, Livro de Atas CEFD, 1983, p 24 verso)

Mas mesmo com todo o apelo e pressão do Coordenador, o professor Roberto - responsável pelo evento – opinou pelo cancelamento do evento alegando falta de tempo para organizá-lo. Percebe-se que a situação estava tão inconstante e o descompromisso dos professores ficou claro quando um professor chegou a sugerir um termo de serviço, distribuindo tarefas. Apesar de todas as dificuldades naquele ano, o segundo FARTELEK aconteceu no dia 18/08/1983. Mas só participaram professores e funcionários da UFG e os alunos do Centro acadêmico (CA). Nesse ano devido todas as “dificuldades” não houve festividade, somente corrida e premiação. Assim foi dado o primeiro passo para CEFD começar a invadir Goiânia, com seus eventos esportivos.

No ano de 1983 aconteceu a II Olimpíadas internas da UFG e em 05 de novembro de 1983. O Jornal Diário da Manhã (DM) noticiou a abertura das Olimpíadas interna da UFG, percebe-se que foi o sucesso, o DM relatou “que houve apresentação da banda Marcial da antiga Escola Técnica de Goiás, atual Instituto Federal de Goiás (IFG), e a cerimônia prestou uma homenagem toda especial ao cinquentenário de Goiânia, reunindo mais de 3 mil pessoas no Ginásio da Escola Técnica e esteve presente várias autoridades, o prefeito de Goiânia foi representado pelo seu secretário João Silva Neto”. Sobre a participação o Jornal disse que:

(...) no cerimonial de abertura ficou patente que a II Olimpíada Interna da UFG, a atividade esportiva congrega alunos, professores e funcionários com (...) no cerimonial de abertura ficou patente que a II Olimpíada Interna da UFG, a atividade esportiva congrega alunos, professores e funcionários com disputas em 15 modalidades esportivas, será um verdadeiro sucesso. (Jornal Diário da Manhã, 05 de novembro de 1983)

Ao final do semestre do ano 1983 o coordenador Antônio Celso se sentia satisfeito com todo trabalho executado pela equipe da CEFD, mas sabia que ainda tinha muito que evoluir.

O trabalho feito até agora foi o melhor possível, mas precisamos trabalhar mais ainda, com boa vontade, sem obstáculos, devemos criar atividades em equipes a fim de ocupar grande espaço na comunidade e aproveitar todos os períodos. Demonstrando trabalho com capacidade técnica e profissionalismo (ANTÔNIO CELSO, Livro de Atas CEFD, 1983, p 30 verso)

Em 1984 a CEFD daria mais um passo na sua história para transpor os muros da universidade e deixar sua marcar na UFG. Agora os professores da CEFD, assumiriam o comando das equipes que representaria a Universidade Federal de Goiás nos Jogos Universitários Brasileiros (JUB'S).

Abaixo o quadro das modalidades disputadas e dos professores responsável (Livro de Atas CEFD, 1984, p.36)

Voleibol masculino	José Pedro
Basquete feminino	Joy
Basquete masculino	Robertinho
Natação	Ferdinad
Futebol de salão	José Couto e Almandino
Handebol feminino	Adriano
Handebol masculino	Adriano

Buscando uma maior visibilidade em Goiânia e nos eventos universitários em geral o professor Osvaldo Guimarães estudava a possibilidade de chamar atletas de outras universidades para participar da Volta Universitária, mas dependia de alojamento, pois a UFG não disponibilizava desse espaço.

E o problema de espaço apropriado para competições se arrastou por muito tempo, pois no dia 20 de novembro de 1987 o professor Antônio Celso, falou que para os eventos esportivos “a universidade não dispõe de local para alojar e precisa ficar mendigando local, principalmente quadras. (Livro de Atas CEFD. p. 60 verso)

Nesse mesmo ano, os estudantes buscavam maior atuação sobre os eventos da CEFD e propuseram que se fizesse uma prova para os calouros durante a realização da FARTLEK, uma corrida do universitário ao Campus II.

No ano de 1984 os professores José Pedro e Roberto Ricardo foram responsáveis pela coordenação da III olimpíada. Por conta de poucos recursos, não houve decoração no ginásio no dia da abertura e “foi tudo muito simples”, conforme se pronunciou o professor Antônio Celso. Quanto á organização, todos os professores compareceram na abertura, na competição de natação e atletismo. Nas outras modalidades houve uma escala de professores. No ciclismo todos tiveram que cooperar.

Buscando maior comprometimento em relação á participação na Olimpíada, os alunos propuseram que o não comparecimento do aluno/atleta no jogo deveria ser relatado para o diretor da prova, e o estudante estaria automaticamente eliminado da competição. Essa proposta foi aceita pela comissão organizadora. Em 1985, foi realizada uma minimaratona cujo percurso completo foi do restaurante universitário ao Setor Goiânia II, o percurso incluiu a Avenida Perimetral Norte, a Vila Itatiaia e a Pro Reitoria do Campus Universitário.

A imprensa não noticiou com tanta empolgação a realização do IV Olimpíadas da UFG. Segundo o Jornal O Popular de 18 de Setembro de 1985, o público foi menor que os anos anteriores. Os alunos do curso de Comunicação Social, aproveitando, a visibilidade da mídia sobre os jogos, desfilaram de costas como forma de protesto contra o não reconhecimento do curso de Rádio e Televisão.

Em agosto de 1988 o Jornal da Universidade Federal de Goiás noticiou que a CEFD teve que mudar o nome das Olimpíadas para os jogos internos da UFG e a mudança ocorreu para obedecer às regras do Comitê Olímpico Internacional. Na verdade a terminologia da competição havia ocorrido em 1985 sendo que a partir de 1986 as Olimpíadas Internas desapareceram dando lugar aos Jogos Internos.

No ano de 1986, o que não faltou foi polêmica nos Jogos internos da UFG. Em 08 de Setembro de 1986, o Jornal da Segunda noticiou uma abertura polêmica do V Jogos da UFG. No tradicional desfile das equipes, a equipe dos servidores técnicos

ficou em primeiro lugar, seguida da equipe do curso do Direito. Os acadêmicos de Direito inconformados com o resultado dirigiram até a mestra cerimonial, Maria Alice Cruvinel, e pediram revisão da nota. Foi descoberto um erro, mas que não modificou a classificação, permanecendo a equipe do Direito na mesma classificação (Jornal da Segunda, 08 de Setembro de 1986).

Sobre a insatisfação dos acadêmicos de Direitos a estudante Coordenadora do Centro Acadêmico XI de Maio quase chorando disse:

Muito injusto procuramos um tema inteligente que não foi valorizado pelo Júri. Recordamos o surgimento com os jogos Olímpicos e fizemos um paralelo com a justiça. Mas não entenderam nossa mensagem. Só sei o trabalho que dei para juntar 106 folhinhas que formaram a coroa que envolve a cabeça dos heróis. (Nefretire, Jornal da Segunda, 08 de setembro 1986)

O Jornal da Segunda explicou a temática do desfile dos estudantes de Direito dizendo que:

Hércules era filho de Zeus e Alcmene (Héroi de 12 trabalhos), Milon (“forte como um touro e hábil como um tigre”), Lampis (atleta da Lacônia, primeiro vencedor do pentatlo) foram, segundo a lenda os fundadores dos Jogos Olímpicos numa época incerta dos tempos antigos, provavelmente a mais de três mil anos(..) Desses mitos e dos paralelos entre eles, surgiu o enredo dos Acadêmicos de direito, no desfile dos jogos da UFG. (08 de setembro de 1986).

Para o Jornal da Segunda 1986 foi um tema filosófico, mítico, cultural e histórico que o júri não entendeu. Da cultura goiana a cultura helênica há certamente milhas e milhas de distância. Os acadêmicos de direito, contudo ganham ou percam o recurso, devem sair do casulo da hermenêutica e aprender a lição. Se tivesse uma grande contingência de alunos com força de pressão é maior esclarecimento sobre o tema e o direito seria imbatível. A comunicação é, hoje, a força de Hercules.

Houve também agressão em um jogo de futebol que era disputado pelos Servidores Técnicos X Faculdade de Engenharia. Segundo o Jornal da Segunda 22 de Setembro 1986 os Atletas Enoque Sales, Mário Sebastião, Elson Lima, Paulo César de Souza e Henrique da Costa. Todos da equipe dos servidores, Enoque atingiu o adversário e foi suspenso por 20 dias, Mauro pronunciou palavras agressivas ao árbitro, sendo penalizado com 30 dias de suspensão das atividades esportivas. Elson lima cometeu falta antidesportiva e também agrediu o árbitro com um soco, foi suspenso por 305 dias e Paulo Cesar, aplicou chutes e cotoveladas em um jogador da engenharia e

também agrediu o árbitro, foi suspenso com 395 dias. Todas as punições foram aplicadas pelo Tribunal Especial do 5º Jogos da UFG.

No dia 30/09/1987 o Popular ressalta que o Ginásio Rio Vermelho estaria lotado na festa de abertura do VI jogos internos da UFG, as equipes que participaram os atletas dos cursos Comunicação Social, Ciência Humanas/Letras, Música/Artes, Veterinária, Computação, Pedagogia, Bionutrientes, Servidores, Farmácia/Bioquímica, Química/geociência, Matemática/ Física, Agronomia, Medicina, Odontologia e Direito. Sendo o desfile de abertura é obrigatório para todas as equipes. O popular se posicionou positivamente sobre os jogos dizendo que:

As maiores expressões do esporte de Goiás em todas as modalidades os Jogos Internos da UFG têm característica pelo bom nível técnico com as modalidades de atletismo, natação, basquetebol, ciclismo, futebol de campo, futebol de salão handebol, judô, tênis de campo, tênis de mesa, truco, voleibol e xadrez, todas no masculino e feminino, exceção somente no futebol de campo. (O Popular 30/09/1987)

No dia 22 de setembro de 1988 o Jornal O Popular publicou que a UFG estava otimista com a realização do VII Jogos Internos e apostava na experiência para realizar o melhor Jogos Internos de todos que a Universidade havia promovido.

No ano de 1988 os Jogos Internos foram disputados do dia 30 de setembro ao dia 09 de outubro e a novidade foi a participação do Colégio Aplicação da UFG e para isso houve alteração no regulamento, a partir de 1988 os alunos/atleta a partir de 15 anos poderiam participar dos Jogos Internos da UFG. (O Popular dia 22 de setembro de 1988)

O jornal também divulgou modalidades disputadas, período de inscrição e até período de recurso para o aluno que tinha sido punido nos jogos anterior com a não participação nos jogos.

Apesar de toda a divulgação é expectativa, reflexo da falta de apoio dos outros departamentos para com a CEFD, refletiram nos jogos de 1988, os professores sonhavam em transformar a UFG em uma potência esportiva, mas para isso precisava do amplo apoio da Universidade e não tinham.

A CEFD e o Pro reitor acreditavam que os eventos esportivos eram a forma no qual eles conseguiria invadir a cidade e não ser somente mais uma prática dentro dos muros da universidade. Aos poucos e com muita dificuldade, isso foi feito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Universidade Federal de Goiás a Educação Física foi inserida em meio a muitas resistências de alunos e professores. Aparentemente melhor estruturada a partir de 1979 na Coordenação de Educação Física e Desporto da UFG, a prática da educação física obteve escasso prestígio acadêmico e poucas e difíceis condições para promover suas atividades. Ressalta-se aqui que, em parte, tais dificuldades estavam relacionadas ao corpo docente, o qual parecia não entender o que estava em o jogo quando o professor Antônio Celso (ou outro coordenador CEFD) reclamava maior nível de compromisso por parte dos professores. De outro lado, o estudo revelou a CEFD sofreu grande pressão e, ao mesmo tempo, apoio e parceria da Pro Reitoria de Assuntos Comunitários, participando das reuniões e oferecendo suporte para eventos esportivos.

O estudo revelou que a promoção e realização de eventos esportivos se constituíram estratégia de visibilidade e valorização da educação física e dos esportes no interior da UFG, mas alcançaram também o cenário mais amplo da capital goiana.

Neste sentido, a ampla cobertura jornalística das competições ao longo dos anos revela sua importância crescente na cultura urbana goianiense e permite inferir que a UFG, através da CEFD, participou ativamente da difusão da atividade física e esportiva como prática de saúde e bem viver, processo ainda muito incipiente na capital goiana de então.

No interior da UFG, talvez seja possível afirmar que a realização de tais eventos contribuiu para a consolidação de um lugar para a educação física na Universidade. Desta perspectiva, é também possível aventar que a inserção obrigatória da educação física na UFG produziu ampliação do seu campo profissional e acadêmico. Não por acaso, em 01 de setembro de 1988 a CEFD conseguiu a aprovação do primeiro curso de licenciatura em educação física da UFG e o primeiro do Brasil que fundava um currículo de educação física apoiado sobre as ciências humanas e ancorado na perspectiva de crítica ao caráter excludente e elitista da educação física e do esporte que a Ditadura Militar havia inventado. Aponto também a necessidades de mais estudos para entender melhor todo esse processo citado acima.

REFERÊNCIAS

Araújo, Wesley Batista **Educação física escolar no período da ditadura militar** em Jundiá/SP / Wesley Batista Araújo. - São Paulo, 2011

Aplicação em primeiro Medicina faz protesto, O Popular, Goiânia, 01 out. 1988, caderno de esportes, p. 14.

Aplicação também vai participar, O Popular, Goiânia, 10 ago. 1988, caderno de esportes, p. 14.

Bianka de Jesus. **Ensino Superior no Brasil: Internacionalização hoje e os acordos MECUSAID**. Fortaleza, 2014. Disponível em: <<http://www.seminarioreggen.ufc.br/curso/trabalhos-destacados/ensino-superior-no-brasilinternacionalizacao-hoje-e-os-acordos-mec-usaid>> acesso: 02 dez. 2015

Ferreira, Marcelo Guina et al. **PROPOSTA PARA UMA MUDANÇA NA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA / ESPORTES NA UFG**. Pensar a Prática, [S.l.], v. 1, p. 133-141, nov. 2006. ISSN 1980-6183. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/18/20>>. Acesso em: 02 dez. 2015. doi:10.5216/rpp.v1i0.18.

História dos Jogos, Jornal da UFG, Goiânia, ago. 1988

Legislação Informatizada - Decreto nº 69.450, de 1º de Novembro de 1971 - Publicação Original. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto69450-1-novembro-1971-418208-publicacaooriginal-1-pe.html>> acesso: dia 05 de novembro de 2015.

MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 2014

Olimpíada da UFG é aberta com desfile, Diário da Manhã, Goiânia, 05 nov. 1983.

PINTO, R. N.; MUNIZ, V. H. R. **UMA PRÁTICA FORA DO LUGAR: EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES NA UFG (1973-1983)**. In: III Encontro de História da Educação da Região Centro-Oeste. Anais eixo 3. Catalão, 2015. p. 687-699.

PIRES, Giovani de Lorenzi; JÚNIOR, Edgard Matiello; GONÇALVES, Aguinaldo. **Lazer - Um princípio educativo para a Educação Física Curricular Universitária. Movimento (ESEF/UFRGS)**, Porto Alegre, v. 5, n. 11, p. 74-84, out. 2007. ISSN 1982-8918. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2488/1137>>. Acesso em: 05 Nov. 2015.

Protéstos marcam o início das Olimpíadas, O Popular, Goiânia 28 set, 1985.

QUEIROZ, A. M. **A construção da disciplina Educação Física ao longo da história no ambiente escolar**. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Nº 172, 2012. <http://www.efdeportes.com/efd172/a-educacao-fisica-ao-longo-da-historia.htm>

REI, B. D. ; LUDORF, S. M. A. . **Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1964-1985): balanço histórico e novas perspectivas**. Revista da Educação física (UEM. Online), v. 23, p. 83-497, 2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SOARES, E. R. **Educação Física no Brasil: da origem até os dias atuais**. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Nº 169, 2012. <http://www.efdeportes.com/efd169/educacaofisica-no-brasil-da-origem.htm>

Tribunal suspende agressores, Jornal da Segunda, Goiânia 22 set, 1986, p. 18.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Faculdade de Educação física e Dança. **Ata das reuniões realizadas de janeiro de 1981 a dezembro de 1988**. Livro 01, p. 1 a 76.

UFG: Polêmica na abertura dos jogos, Jornal da Segunda, Goiânia 08 set, 1986, p. 16.

UFG está otimista com jogos internos, O Popular, Goiânia 22 set, 1988, p. 16.

TABORDA de Oliveira, M. A. **EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E DITADURA MILITAR NO BRASIL (1968-1984): ENTRE A ADESÃO E A RESISTÊNCIA.** Universidade Federal do Paraná.

TABORDA de Oliveira, M.A. **Políticas públicas para a Educação Física Escolar no Brasil durante a ditadura militar: uma só representação? Perspectiva.** Florianópolis, v.21, n.01, p. 151-178, jan./jun.2003

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS MONOGRAFIAS
ELETRÔNICAS REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DE MONOGRAFIAS DA UFG – RIUFG**

1. Identificação do material bibliográfico monografia:

Graduação Especialização

2. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso

Autor (a):	Jeane Ferreira de Oliveira
E-mail:	je_aneoliveira@hotmail.com
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Título:	UMA PRÁTICA EM BUSCA DE UM <i>LUGAR</i> : A EDUCAÇÃO FÍSICA NA UFG (1980-1988)
Palavras-chave:	EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES – EDUCAÇÃO SUPERIOR – DIDÁTICA MILITAR
Título em outra língua:	
Palavras-chave em outra língua:	
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	18/02/2016
Graduação/Curso Especialização:	Licenciatura Educação Física.
Orientador (a)*:	Dr. Rubia-Mar Nunes Pinto

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O referido autor:

a) Declara que o documento em questão é seu trabalho original, e que detém prerrogativa de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento em questão contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal de Goiás os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento em questão.

Termo de autorização

Na qualidade de titular dos direitos do autor do conteúdo supracitado, autorizo a Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás a disponibilizar a obra, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional de Monografias da UFG (RIUFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data, sob as seguintes condições:

Permitir uso comercial de sua obra? () Sim (x) Não

Permitir modificações em sua obra?

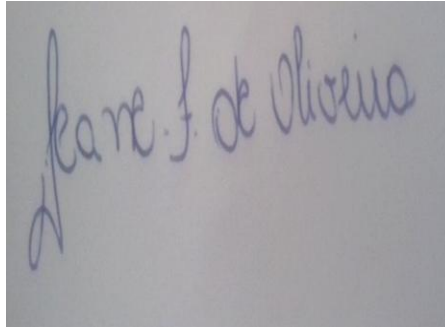
() Sim

() Sim, contando que outros compartilhem pela mesma licença .

(x) Não

A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Local e Data Goiânia 03 de Março de 2016

A rectangular box containing a handwritten signature in blue ink. The signature is written in a cursive style and reads "Jean F. de Oliveira".

Assinatura do Autor e/ou Detentos dos Direitos Autorais